

## **Balanço de investimentos estatais nos setores produtivos na Amazônia: caracterização da distribuição do FNO nos municípios em Carajás-PA**

Rafael Gonçalves Gumiero<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A trajetória de investimentos estatais na Amazônia não é recente e decorre desde os anos 1950, com a iniciativa da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e sucedida pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Os Fundos de Financiamento Constitucionais (FCs) atualmente em funcionamento podem ser considerados uma oportunidade para investimentos em projetos para o desenvolvimento regional. Este trabalho objetiva apresentar o balanço do FNO para a Amazônia, nos anos 2008 até 2020, com enfoque nos municípios da mesorregião de Carajás, no Pará. Os movimentos de análise deste objetivo são realizar: a) balanço dos investimentos realizados pelo FNO na mesorregião de Carajás; b) identificar em quais segmentos produtivos os investimentos do FNO estão sendo direcionados em Carajás. Com base na apreciação destes dados, será buscado identificar se os projetos em setores produtivos em andamento estão revertendo o quadro de desigualdades territoriais, ou se estão resultando no fortalecimento das assimetrias territoriais, pela polarização produtiva em territórios especializados na produção de *commodities*, como a agropecuária e a mineração.

Palavras-chaves: FNO; Carajás; agropecuária; território; desigualdades.

### **Balance of state investments in the productive sectors in the Amazon: characterization of the distribution of the FNO in the municipalities in Carajás-PA**

### **Abstract:**

The trajectory of state investments in the Amazon is not recent and dates back to the 1950s, with the initiative of the Superintendence of the Economic Valorization Plan for the Amazon (SPVEA) and succeeded by the Superintendence for the Development of the Amazon (SUDAM). The Constitutional Financing Funds (FCs) currently in operation can be considered an opportunity for investments in projects for regional development. This work aims to present the balance of the FNO for the Amazon, from 2008 to 2020, focusing on the municipalities of the Carajás mesoregion, in Pará. The analysis movements of this objective are to carry out: a) balance of the investments made by the FNO in the Carajás mesoregion; b) identify in which productive segments FNO investments are being directed in Carajás. Based on the appreciation of these data, it will be sought to identify whether projects in productive sectors in progress are reversing the situation of territorial inequalities, or if they are resulting in the strengthening of territorial asymmetries, due to productive polarization in territories specialized in the production of commodities, such as agriculture and mining.

Keywords: FNO; Carajás; agriculture; territory; inequalities.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

## 1. Introdução

A trajetória de investimentos estatais para a modernização produtiva por intermédio de planos, programas e projetos na Amazônia, decorre desde meados dos anos 1950, pela pioneira experiência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e posteriormente verticalizada pelos planos diretores e planos de desenvolvimento da Amazônia da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em paralelo com as experiências de planejamento dos programas Programa de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), Polamazônia, Projeto Grande Carajás<sup>2</sup>. A partir da Constituição de 1988 foram formulados os Fundos de Financiamento Constitucionais (FCs) para o tratamento das desigualdades em regiões periféricas do Brasil: Norte; Nordeste e Centro-Oeste, como lampejo de folego para permanência da atuação estatal no fomento aos projetos para o desenvolvimento regional<sup>3</sup>.

Segundo Bielschowsky (2012) apesar do recuo da atuação estatal nos anos 1990, por conta das rodadas de políticas neoliberais, houve resistência no plano do pensamento econômico nas instituições de planejamento como o Instituto de Planejamento de Economia Aplicada (IPEA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), as secretárias de planejamento estaduais, e as universidades públicas, resultante dos resquícios da resistência da heterodoxia macroeconômica e do desenvolvimentismo, subjacente à expansão das temáticas relacionadas ao desenvolvimento, como geração de inovação tecnológica, desenvolvimento regional, inclusão social, distribuição de renda, meio ambiente.

Os FCs podem ser considerados como resistentes ao período de políticas neoliberais nas gestões Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, sendo fortalecidos como um instrumento de financiamento de projetos para redução das desigualdades regionais nas gestões Luís Inácio Lula da Silva, sob a tutelado dos bancos de desenvolvimento regionais, como o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, alinhados aos órgãos de planejamento regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), responsáveis pelo gerenciamento das diretrizes consideradas

---

<sup>2</sup> Sobre o tema do balanço de planos, programas e projetos na Amazônia no período desenvolvimentista ver: OLIVEIRA, TRINDADE e FERNANDES (2014); MONTEIRO e COELHO (2004); MAHAR (1978); MARQUES (2007).

<sup>3</sup> Segundo Silva e Resende (2019) a composição dos FCs é resultante de 3% da arrecada do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O objetivo dos FCs é conceder empréstimos a taxas de juros subsidias destinados para pequenos agricultores e empresas industriais.

estratégicas para distribuição dos FCs para os segmentos produtivos das atividades econômicas.

O enfoque de análise deste trabalho é referente aos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCs), institucionalizados pela Constituição de 1988. Em 2014, os FCs completaram 25 anos de implementação. Macedo, Pires e Sampaio (2017) apresentaram diferentes momentos dessa trajetória. A primeira fase de atuação, de 1989 até 2002, houve pouca capacidade de estruturação. A segunda fase ocorreu de 2003 até 2006, na qual foram implementadas as reformas com enfoque ao mercado na operacionalização dos fundos segundo o Acordo de Basileia. E, a terceira fase ocorreu a partir de 2007, lastreada à metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que determinou a aplicação dos fundos pela tipologia das microrregiões.

Dentre esta trajetória dos FCs apresentada pelos autores referidos, optou-se neste trabalho em tratar da terceira fase. A justificativa para a escolha dessa fase se refere ao papel que passou a ser direcionado aos FCs, como instrumento de recursos financeiros da PNDR, pois a proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) enviada à Comissão Especial da Câmara dos Deputados como PEC nº 233, de 2008, como peça da reforma tributária formulada pelo governo federal foi reprovada. O FNDR seria peça fundamental para a descentralização administrativa e coordenação com maior participação dos governos estaduais e municípios para a elaboração e execução dos projetos, orientados pelas diretrizes da PNDR (BRASIL, 2008).

No entanto, devido a ausência de recursos previamente definidos para distribuição para o desenvolvimento regional, como o caso citado anteriormente do FNDR, posicionou os FCs como os principais recursos orçamentários disponíveis para subsidiar projetos em regiões periféricas do Brasil. Há hipótese de que esses recursos nas últimas décadas possam estar estritamente distribuídos de acordo com avanço das atividades produtivas das *commodities* e infraestrutura atendendo às exigências da escala produtiva dessas atividades, como o caso que se refere à mesorregião de Carajás, no Pará. Essa mesorregião historicamente foi inserida na divisão do mercado de trabalho regional pela extração de minérios e mais recentemente com as atividades agropecuárias, bovina e soja. O balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) nos estados da Amazônia e nos municípios de Carajás pode nos fornecer importantes pistas para compreender a cartografia que está sendo tecido pela distribuição desses recursos financeiros.

O objetivo deste trabalho é apresentar o balanço do FNO para a Amazônia, nos anos 2008 até 2020, considerando o enfoque das unidades federativas (UFs) desta região

e principalmente a nível local, pelos municípios da mesorregião de Carajás, no Pará. Através dessa pesquisa pretende-se colaborar com: a) balanço dos investimentos realizados pelo FNO na mesorregião de Carajás; b) identificar em quais segmentos produtivos os investimentos do FNO estão sendo direcionados em Carajás; c) identificar se os projetos em setores produtivos em andamento estão revertendo o quadro de desigualdades territoriais, ou se estão resultando no fortalecimento das assimetrias territoriais, pela polarização produtiva em territórios especializados na produção de *commodities*, como a agropecuária e a mineração, exercendo a hierarquização e a hegemonia<sup>4</sup> econômica e política nos municípios.

Foram organizados dois movimentos de análise nessa pesquisa. O primeiro buscou apresentar estudos que cotejaram categorias analíticas com a intenção de posicionar interpretações acerca das assimetrias regionais e territoriais: a) a região, designada pela integração e modernização produtiva e de rearticulação da coalizão política com frações do capital estrangeiro em Carajás (MONTEIRO e SILVA 2021); b) regressão produtiva pela especialização em *commodities* e a utilização da terra como estoque de capital pelas atividades agropecuárias e extração de minérios (BRANDÃO 2010); c) colonização, mobilização dos fluxos migratórios e a expansão da fronteira para a Amazônia (HEBETTÉ e MARIN 1979); d) governança do FNO na Amazônia (CARVALHO 2005); e) identificação territórios dinâmicos e territórios potencialmente dinâmicos (MONTEIRO NETO, SILVA e SEVERIAN 2019).

O segundo movimento de análise se refere à organização dos dados da distribuição de recursos investidos nos anos 2008 a 2020, organizados pelas fontes de financiamento do FNO. A análise foi realizada com base nos dados referentes aos recursos do FNO<sup>5</sup> disponíveis no repositório digital do Banco da Amazônia e da Sudam.

O trabalho está organizado além da introdução e das considerações finais nos seguintes tópicos. O primeiro apresenta as características que colaboram para compreensão do processo de regressão produtiva e a especialização em *commodities* no Brasil. O segundo aborda a composição do entrosamento entre o processo de migração e a implementação via políticas estatais de grandes projetos de modernização produtiva na Amazônia. O terceiro tópico expõe os dados de distribuição do FNO de acordo com os filtros de atividades produtivas e os municípios de Carajás, no Pará, nos anos de 2008 até 2020.

---

<sup>4</sup> A respeito da conceitualização e discussão crítica em relação às categorias analíticas polarização, hierarquização e hegemonia, invocadas neste trabalho, ver: BRANDÃO (2003).

<sup>5</sup> Consultar o site <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/fno>

## 1. Regressão produtiva e especialização produtiva em *commodities* no Brasil 2000 - 2020

As atividades econômicas no Brasil foram priorizadas a partir da mercantilização da terra e a geopolítica dos territórios priorizados pelas reservas e estoques de recursos naturais. Para Brandão (2010) a maior característica da economia brasileira foi determinada pela expansão e apropriação de territórios que possibilitassem exercer a acumulação de capital. Na concepção do referido autor esse processo foi acionado pela coalizão entre a hegemonia das políticas econômicas mercantis lastreada pelo patrimonialismo orgânico com a terra propriedade, com destaque para agricultura itinerante, a extração mineral, subjacente à mobilização da força de trabalho relacionada a essas atividades, lastreadas pela infraestrutura estatal e subsídios públicos.

O processo para o crescimento econômico realizado no Brasil no período da ditadura militar foi marcado pela implementação de ações estatais que agudizaram as desigualdades regionais, provocando a continuidade das desigualdades sociais e econômicas.

O caráter extensivo e predatório com que se desenhou a geografia desigual do desenvolvimento capitalista brasileiro determinou a apropriação contínua de porções territoriais em (re)estruturação nas frentes de expansão que permitiam ganhos extraordinários, apesar dos baixos rendimentos físicos da terra em seu eterno deslocamento de fronteira. Celso Furtado ressalta essa itinerância da agricultura pelo vasto território. A predação de terras da agricultura itinerante reproduzia os padrões estruturais econômicos e políticos. Wilson Cano assim resume as contribuições furtadiana nessa questão: “A dilatação da fronteira agrícola reproduzia o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, a oferta elástica de mão de obra, nesse caso excluída não só da propriedade, mas também de posse, mantendo a estrutura das relações sociais predominantes: patrimonialismo, submissão e marginalidade social” (BRANDÃO, 2010, p. 51).

A coalizão de poder das elites locais e regionais no esquadro nacional dominou fontes de valorização de recursos naturais pela interiorização das atividades econômicas de grande escala de reprodução do capital, constituindo estruturas econômicas direcionadas a partir dos polos de produção para fora, pelas cadeias de adição de valor econômico e circuitos mercantis. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil historicamente foi processado pelos interesses heterogêneos propagados em atividades econômicas setoriais, regionais e pelas diversas frações do capital (BRANDÃO, 2010).

Segundo Brandão (2010) o Estado cumpriu papel fundamental nesse processo ao fomentar com investimentos estatais grandes projetos de infraestruturas no sistema nacional de geração de energia elétrica, transportes e telecomunicações, nos anos 1950 até 1980. Outra frente de atuação do Estado foi na oferta de insumos básicos e infraestrutura que priorizava a iniciativa privada pelos incentivos fiscais e creditícios, fomentado pelas atividades territoriais e setoriais de investimentos.

Nos anos 1990 a estratégia adotada pela estrutura produtiva esteve relacionada com as vantagens comparativas estáticas, de especialização regressiva, deixando posições estratégica e optando em especialização de *commodities*, aprofundando a configuração estrutural social e política patrimonialista-rentista de grupos nacionais. Os surtos de crescimento de determinadas regiões e em alguns setores produtivos, ampliou as heterogeneidades e influenciou as decisões de investimentos, estatais e privados.

Ocorreu reespecialização e remercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas nos segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio (basicamente insumos metálicos semiacabados), petróleo e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes etc) e têxteis padronizados etc. Assim ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais (BRANDÃO, 2010, p. 61).

Segundo Garzon (2010), o BNDES utilizou como estratégia para fomento aos projetos a adesão deles à plataforma de exportações do Brasil, condizentes com as bases de produtos formados a partir das *commodities*. A base dos projetos fomentados pelo BNDES, no período de 2006 a 2009 foi lastreado em uso intensivo de recursos naturais, concentrados no mercado internacional: na mineração, Gerdau, R\$ 4,3 bilhões – R\$ 1,5 bilhão pelo BNDES, Vale, R\$ 59 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões advindos do BNDES, ThyssenKrupp CSA Siderurgica R\$ 8 bilhões, sendo R\$ 1,48 bilhão do BNDES, Vale Carajás Pará R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 774,6 milhões BNDES, Companhia Brasileira de Alumínio, R\$ 723,8 milhões BNDES, Siderurgica Barra Mansa – Votorantim, R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 664 milhões BNDES (GARZON, 2010, p. 82).

A exemplo dos financiamentos realizados pelo BNDES para as empresas privadas supracitadas, esse processo de especialização em atividades primárias, ocorreu dentro de um quadro de especialização produtiva regressiva, cuja abordagem ampliou a devastação ambiental, degradação das bacias hidrográficas, grilagem de terras e avanço do latifúndio

em territórios de comunidades indígenas e de camponeses. As *commodities* estão no cerne da prioridade de investimentos do BNDES, principalmente a extração de minérios, a agropecuária, que contam com ampliação da escala de produção e elasticidades da fronteira de expansão agropecuária (GARZON, 2010).

Na avaliação de Brandão (2019) o período de 2003 até 2015 foi caracterizado na dimensão de investimentos do governo federal em cinco diferentes tipos que impactaram os territórios, baseados na metodologia de tipos ideais. As maiores fontes de investimentos estatais nesse período foram oriundas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os investimentos do BNDES foram direcionados com apoio de capitais privados para os setores da agroindustriais, para grandes projetos nos segmentos de plantas automobilísticas, siderurgia, petróleo, naval, refinarias e extração mineral. A caracterização do Pará dentro desta abordagem é representada pela sub-região de Carajás, em que a dinâmica produtiva foi associada as características dos territórios do tipo II, III e IV. O tipo de investimento do território de tipo II foi proveniente de grandes obras em infraestrutura e enclaves de extração de recursos naturais. O centro de decisões foi formado de forma exógena, por decisões extrarregionais, o que caracterizou polos isolados. O tipo ideal de território tipo III apresentou como característica os investimentos em commodities, agrícolas, minerais, metálicas e energéticas. Possui muitas deficiências em suas relações inter-ramificações, inter-regionalidades e interurbanas. Os investimentos em territórios do tipo IV foram oriundos do Estado em infraestrutura de transportes e energia, do qual pode ser gerado externalidades e sinergias no território e estão presentes na Amazônia.

Mais recentemente, Monteiro Neto, Severian e Silva (2019) em pesquisa de grande fôlego, formularam uma tipologia dos territórios no Brasil que possuem dinâmicas produtivas industriais, denominadas de Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs) e as Aglomerações Industriais Potenciais (AIPs). Essa pesquisa identificou concentração do processo produtivo dos AIRs na região Sudeste, com alguns casos localizados em suas adjacências. No entanto, para as AIPs há uma pulverização maior do que às AIRs no mapa brasileiro, tendo importante participação as regiões Nordeste e Centro-Oeste. No caso da região Norte é a que tem menor participação nas designações territoriais de dinâmicas industriais, estando concentrada nas capitais das unidades federativas dessa região, com exceção de alguns casos no interior da Amazônia. Neste caso em específico abrevio os casos de Parauapebas e Marabá, no Pará, ambas localizadas no perímetro do projeto de mineração Serra dos Carajás.

Os autores Monteiro Neto, Severian e Silva (2019) buscam “registrar a existência e localização de novos territórios de atividades industriais em expansão” (NETO; SILVA; SEVERIAN, 2019. p. 35). Foram identificados, o subgrupo de primeira ordem denominado de “hierarquia regional”, em que a sua concentração de AIPs está presente nas regiões de maior dinamismo industrial do país, Sudeste e Sul, e posteriormente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. No entanto, o subgrupo de segunda ordem apresenta características distintas em relação ao primeiro subgrupo, tendo como principal região de concentração Nordeste, seguido por Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte.

Para Monteiro Neto, Severian e Silva (2019) as regiões Sudeste e Sul corresponderam à maior concentração de AIRs, e, conseqüentemente, a maior geração de valor adicionado bruto do país, confirmando que a atividade industrial nacional permaneceu desde 1995 até 2015 nas regiões mais centralizadas. Os referidos autores apontaram um tímido, porém, relevante movimento de desconcentração do setor industrial para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde foram identificadas que cerca de 32% de novas AIRs eram provenientes dessas regiões.

Esse processo pavimentou a dinamização e descentralização produtiva do eixo Centro – Sul do Brasil, para o Nordeste e o Norte, mas com severas problemáticas implicando em complexificação das assimetrias territoriais. Os autores Monteiro Neto, Silva e Severian (2019) apontam que a maior representatividade das AIRs foi constatada pela inferência dos dados da atividade industrial entre os anos 1996 até 2015, presentes em sua maioria percentual nas regiões Sudeste e Sul, 79,2% do Valor de Transformação Industrial (VTI). Ao passo que a participação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, no VTI foi de 22%. Para as AIPs denominadas de primeira ordem a maior porcentagem continuou localizada no Sudeste e Sul, e para as AIPs de segunda ordem a maior concentração foi registrada no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, referente aos novos movimentos de industrialização.

A participação na composição regional do VTI para a indústria, consideradas o percentual total, a da extrativa e a da transformação, posicionou a região Norte como de ganho, de 1,7%, entre os anos 1996 até 2015, porém com forte concentração produtiva industrial nos estados Amazonas e Pará, sendo que neste último a responsável pela taxa de crescimento foi a indústria extrativa de minerais ferrosos em Carajás (MONTEIRO NETO, SILVA e SEVERIAN, 2019).

O complexo minerário na Serra de Carajás foi fortalecido por conta das suas frentes de expansão de acumulação de capital, que conecta estritamente o local ao global, sob as atividades produtivas da agropecuária e valorização do valor da terra. Essas frentes

possuem forte intersecção com os territórios ao moldar as suas estruturas conforme a especialização produtiva alinhavada ao mercado internacional e retroalimentado pelos investimentos em infraestrutura logística, fortalecendo a homogeneização produtiva que impacta o território, ao gerar heterogeneidades, campo fecundo para o exercício da hegemonia do poder econômico e político dos grandes empreendimentos, pelo domínio do acúmulo de capital.

## **2. Histórico da atuação do Estado e a implementação do FNO na Amazônia: problemas e obstáculos**

A integração da região Amazônia ao sistema econômico nacional foi potencializada via mecanismos fiscais de investimentos oriundos do Estado desenvolvimentista (FERNANDES e GUMIERO, 2021), inspirado pelo modelo de desenvolvimento setorial dos polos produtivos, elaborado pela tese de Perroux (1977), pela tese dos pontos germinativos de Hirschman (1961), e dos efeitos progressivos de Myrdal (1965).

A estratégia do desenvolvimentismo tutelado pela ação do Estado na Amazônia durante o período da ditadura militar, de 1964 até 1984, implementou ações relacionadas à investimentos setoriais mobilizados pelos Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento da Amazônia, Polamazônia, Programa Grande Carajás, formulados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Apesar das especificidades em cada um dos referidos programas e planos houve consenso entre eles na abordagem implementada na concepção do projeto de desenvolvimento para a Amazônia, compreendida como integrada ao modelo de polos setoriais de exportação, alinhavada ao sistema econômico nacional de forma subalternizada, ou seja, como produtora de insumos básicos lastreados pela extração de recursos naturais, da madeira, minérios e expansão da fronteira agropecuária, do Centro-Oeste para o Norte.

A formulação da concepção de desenvolvimento para Amazônia pela SUDAM foi acompanhada pela engenharia institucional para implementar os planos e programas, do financiamento de recursos financeiros, advindo da base de financiamento do Banco da Amazônia. A partir de 1964, operaram dois fundos de financiamento, o FIDAM e o FINAM para realização de empréstimos financeiros aos empresários da região da Amazônia. Segundo Mahar (1978) o FINAM teve protagonismo nos investimentos em atividades agropecuárias na Amazônia. Embora houvesse alternância entre o *modus operanti* em cada fundo, houve prioridade nos estímulos para as atividades econômicas

que mobilizassem recursos naturais como estoque de capital para geração de divisas pelas exportações dos polos produtivos nessa região.

A intencionalidade do Estado desenvolvimentista na Amazônia esteve relacionada à expansão das atividades produtivas incorporada à dinâmica econômica nacional, de modo que alguns pressupostos estiveram presentes no planejamento dos programas e planos da SUDAM a partir dos anos 1960 até 1980: a) a ocupação do território; b) e, a implementação do modelo de desenvolvimento associado aos recursos naturais, do extrativismo da madeira e minérios à agropecuária (FERNANDES e GUMIERO, 2021).

O conceito da ocupação do território utilizado neste capítulo está vinculado à colonização e mobilização dos fluxos migratórios e a expansão da fronteira para a Amazônia. Segundo Hébette e Marin (1979) a colonização pode ser realizada de duas formas, a denominada espontânea e a dirigida. A colonização dirigida ocorre a partir da intervenção direta do Estado por intermédio de planos de ocupação na fase inicial da implementação e assentamento da população de migrantes. A colonização espontânea ocorre quando não há interferência ou imposição do Estado na implementação dos assentamentos de migrantes, de modo que ocorre pelos critérios determinados pelos grupos de colonizadores de modo progressivo.

Na concepção de Hébette e Marin (1979) a colonização possui como ação direta do Estado na formulação de políticas que exercem efeito de sinergia, como a política fundiária, a política agrícola ou a política creditícia. Há outras ações do Estado que exercem efeitos de modo indireto, como projetos relacionados à transportes, comunicações, políticas regionais.

A medida que a colonização espontânea se desenvolve, o povoamento se adensa e as frentes de expansão se integram progressivamente à economia nacional, o fenômeno se processa com rapidez hoje no País, essas políticas têm um impacto crescente. Foi o que aconteceu na Belém – Brasília, com os programas de incentivos fiscais, o PROTERRA, os projetos fundiários, os planos de abertura de estradas. O mesmo está acontecendo agora na área de Transamazônica, da Cuiabá – Santarém, da PA-70, etc (HÉBETTE e MARIN, 1979, p. 145).

Os estudos da SPVEA propuseram efetuar a colonização espontânea, ocupações livres, porém foi substituída pela política seletiva da SUDAM para estimular via incentivos fiscais a ocupação de grande propriedade. A estrutura fundiária verificada ao longo da rodovia Belém – Brasília é resultante da intervenção estatal na ocupação da terra, condicionada pelos recursos creditícios para as atividades agropecuárias para a posse a apropriação privada da terra (HÉBETTE e MARIN, 1979).

Os créditos direcionados para as atividades agropecuária na Amazônia foram realizadas pelo Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), a partir de 1971, cujo recursos financeiros foram mobilizados pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A. O PROTERRA estabeleceu como possibilidades para o financiamento a aquisição da terra e a ampliação de pequenas propriedades e a compra de maquinários. Os prazos estabelecidos para devolução foram de cinco a doze anos, o que proporcionou condições melhores aos empresários em virtude do valor da taxa de 7% ao ano de juros e o prazo para saldar a dívida, em relação aos incentivos fiscais da SUDAM (HÉBETTE e MARIN, 1979).

Monteiro e Coelho (2004) destaca o protagonismo do Estado na constituição de projetos na Amazônia e dentro deste escopo, apresentou o caso da mineração no Pará, por intermédio dos planos e programas setoriais de desenvolvimento para gestação de polos produtivos vinculados à economia nacional e principalmente ao exterior. O Estado adotou como formatação de incentivos fiscais e creditícios a polarização nos polos produtivos, destacando a participação dele no fomento ao Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, considerado o epicentro de um empreendimento que articulou com o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí. A gestação do PGC foi nuclear no município de Parauapebas, pela extração de minério de ferro da Serra dos Carajás, assumida em 1977 pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD). A infraestrutura articulada à base extração da mineração permitiu interligar a Serra dos Carajás por meio da Estrada de Ferro Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. A base de recursos financeiros que foram investidos nesse projeto adveio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor).

Para Carvalho (2005) a SUDAM mobilizou seus recursos nos anos 1970 e 1980 para avançar na extensão da fronteira agropecuária, na pecuária de corte. O modelo econômico adotado na ocupação da Amazônia, com apoio do Estado e conduzida pela iniciativa privada fortaleceu a especialização produtiva em *commodities* e gerou grandes extensões de áreas com pastagens conduzidas pelo desmatamento da floresta. A estratégia era que a economia da Amazônia pudesse ser revigorada, após o ciclo da borracha, pelas potencialidades naturais e locais gestadas por projetos conduzidos pelo desenvolvimento desequilibrado, ou seja, investimentos setoriais em polos de crescimento econômicos localizados espacialmente em áreas de recursos naturais como a mineração, como fomento para multiplicar a renda interna e o emprego na região.

Nos anos 1990, o FNO foi operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA) e encontrou problemas para a sua implementação, conforme as diretrizes que caracterizaram a sua formulação pela Constituição de 1988. A primeira problemática se referiu a mudança na Medida Provisória a partir de 1998, denominada nº 1727, que determinou que os encargos financeiros de financiamento fossem concedidos pelo FNO fossem correspondentes à variação do Índice Geral de Preços disponibilidade interna (IGP-DI) mais ao custo adicional fixado à taxa de 8% a.a., substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O uso do indexador que varia conforme a inflação real gerou aumento da carga de encargos financeiros sobre os pequenos devedores. A segunda problemática esteve relacionada a concentração dos recursos no setor primário e dentre as unidades federativas da Amazônia, os recursos financeiros foram concentrados no estado do Pará. Em terceiro o pacto federativo entre as unidades federativas e a União é fragilizado pela guerra fiscal, gerando inércia de novos empreendimentos em municípios centralizados, exercendo a função de polos sub-regionais no interior dos estados (CARVALHO, 2005).

Segundo Carvalho (2005) é analisada a relação que se estabeleceu entre o porcentual dentro das bancadas no legislativo federal, nas Câmara dos Deputados e no do Senado, em relação a necessidade de costurar *lobby* político para fomentar o aumento do poder de barganha político para a negociação de mais recursos públicos para a Amazônia ou outras regiões periféricas.

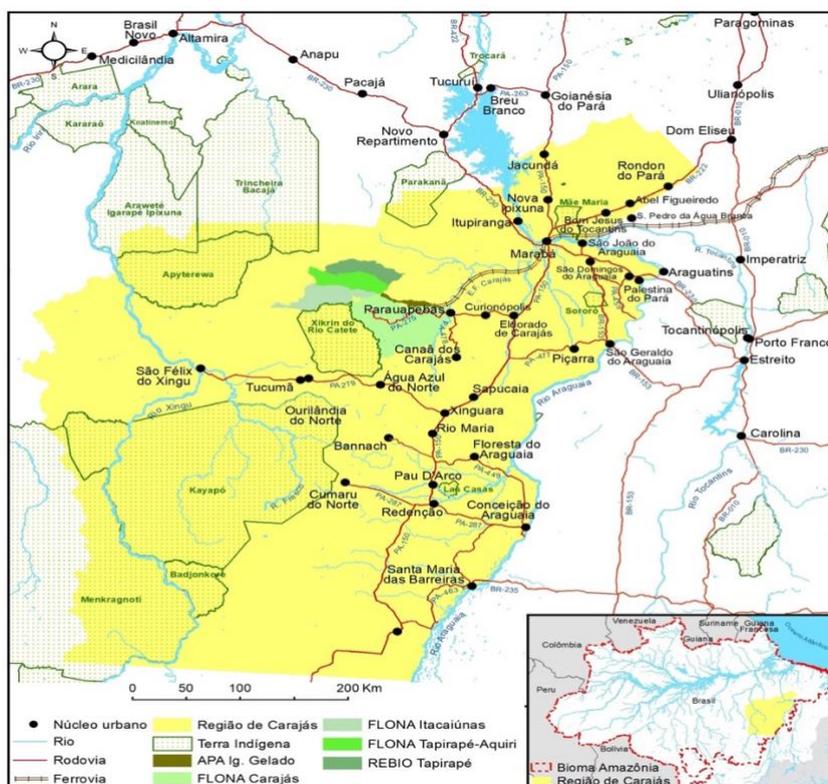
A síntese desse agregado de interpretações possibilita apreender que os estímulos de incentivos fiscais do Estado estiveram presentes na implementação de programas, planos e projetos desde o período desenvolvimentista, que no caso da Amazônia foi iniciado pela experiência da SPVEA em 1955 e se estendeu até finais dos anos 1980. Porém, o modelo de desenvolvimento foi implementado de acordo com a formação dos polos produtivos de recursos naturais para as exportações, fundamentando problemáticas de assimetrias regionais e intra-regionais da Amazônia com outras regiões do Brasil, bem como as fraturas em relação aos descompasso entre polos pujantes de crescimento econômico, contrastados com outros territórios, estagnados ou de baixa participação nas atividades econômicas.

### **3. Balanço da implementação do FNO 2008-2020: problematizações das assimetrias territoriais**

Esse tópico apresentou a regionalização de Carajás, no Pará, e a distribuição dos recursos financeiros do FNO pelos municípios que compõem essa mesorregião, com filtros de análises referentes a distribuição dos recursos por municípios, pelos setores produtivos, referentes aos anos 2008 até 2020.

A mesorregião de Carajás é formada pelos municípios: Santa Marina das Barreiras; Conceição do Araguaia; Redenção; Pau D'Arco; Cumaru do Norte; Floresta do Araguaia; Rio Maria; Bannach; Ourilândia; Tucumã; São Felix do Xingu; Xinguara; Sapucaia; Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás; Eldorado de Carajás; Piçarra; São Geraldo do Araguaia; Curionópolis; Eldorado de Carajás; Parauapebas; São Geraldo do Araguaia; São Domingos do Araguaia; Palestina do Pará; São João do Araguaia; Bom Jesus do Tocantins; Marabá; Itupiranga; Nova Ipixuna; Jacundá; Abel Figueiredo; Rondon do Pará; Araguatins.

**Figura 1 – Mesorregião de Carajás Pará**

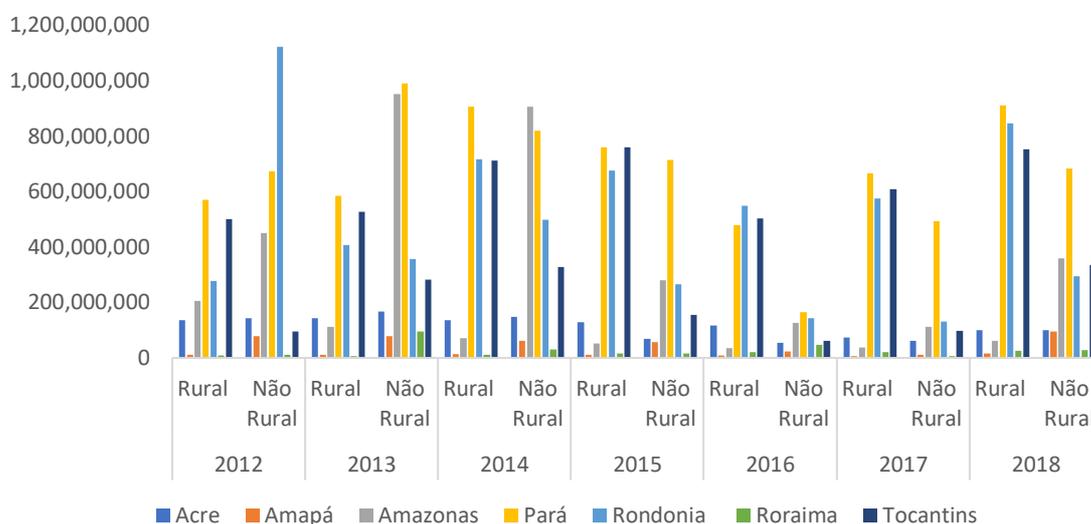


Fonte: Monteiro e Silva (2021).

No gráfico 1, a distribuição setorial dos recursos do FNO por estados apresenta dois aspectos. O primeiro é referente aos anos de 2012 até 2014, em que houve maior distribuição do fundo em atividades não rural, em Rondônia, Pará e Amazonas. Nos anos 2015 até 2018, houve redução no volume de recursos e na distribuição em atividades não rurais, concomitantemente com a ampliação em atividades rurais. Pode ser afirmado que

houve aumento nos recursos em atividades rurais relacionado ao aumento das taxas de desmatamento na Amazônia, apresentadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), principalmente no Sudeste do Pará, o que pode ter estimulado no aumento da demanda e concessão do FNO para a pecuária bovina.

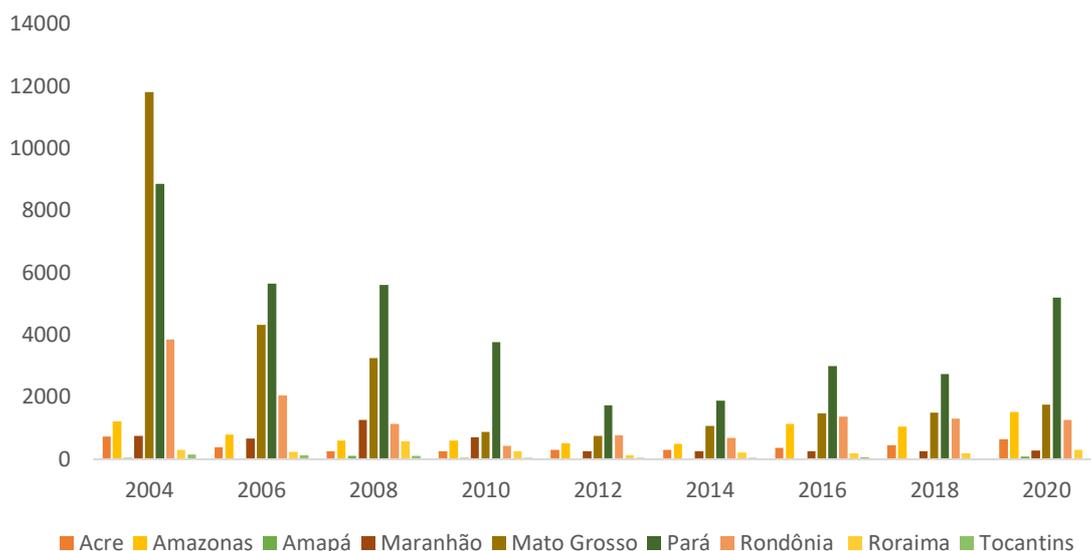
**Gráfico 1 – Distribuição setorial dos recursos FNO (R\$ milhões)**



Fonte: Relatórios de Atividades do FNO/Banco da Amazônia. Elaborado pelo autor.

Segundo Gumiero e Sousa (2022) o aumento no desmatamento na Amazônia no período de 2004 até 2020 corrobora com a paralisia no funcionamento de importantes órgãos estatais de investimentos em projetos de conservação ambiental, fiscalização e monitoramento do desmatamento ilegal, como o Fundo Amazônia e a extinção do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PCCDAm), com aceleração de patamares de desmatamento superiores, ao percentual de regressão verificado nos anos 2006 a 2012. Uma das frentes de desmatamento da floresta amazônica é o Sudeste do Pará, principalmente no que concerne as reservas florestais e de comunidades indígenas, referentes a progressiva ampliação de desmatamento a partir de 2016, sendo em 2020 mais expressivo no Pará, com 5.192 Km<sup>2</sup>, seguido por Mato Grosso, com 1.767 Km<sup>2</sup>.

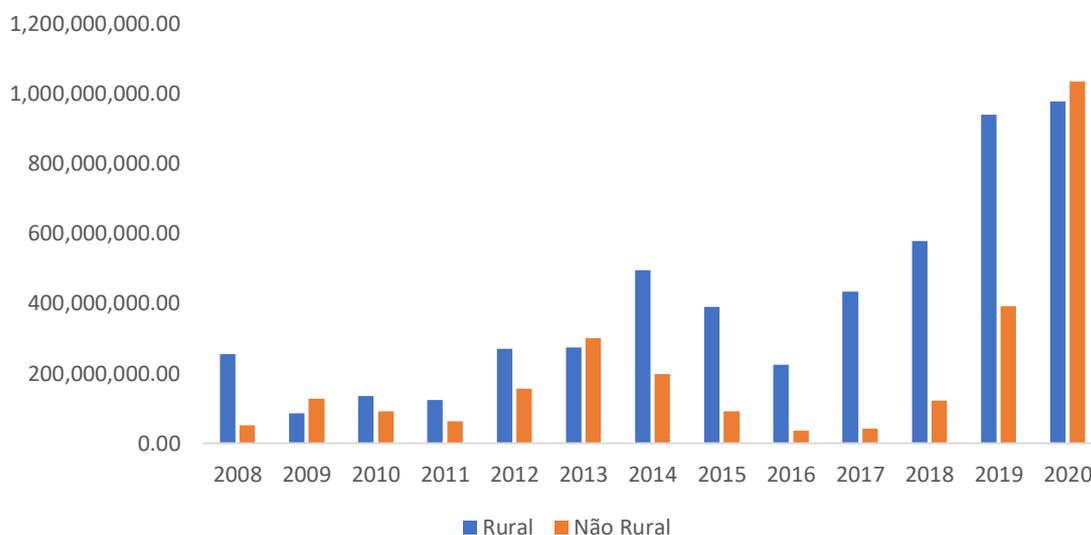
**Gráfico 2 - Desmatamento por UF Amazônia 2004 2020**



Fonte: PRODES, 2019.

Os dados referentes à distribuição do FNO para os municípios que compõem Carajás possuem inserção predominantemente nas atividades rurais, composta pela agropecuária. Há predominância das atividades rurais principalmente nos anos de 2014 até 2019, e pareamento em relação às atividades não rurais em 2020.

**Gráfico 3 - Distribuição setorial dos recursos FNO (R\$ milhões)**

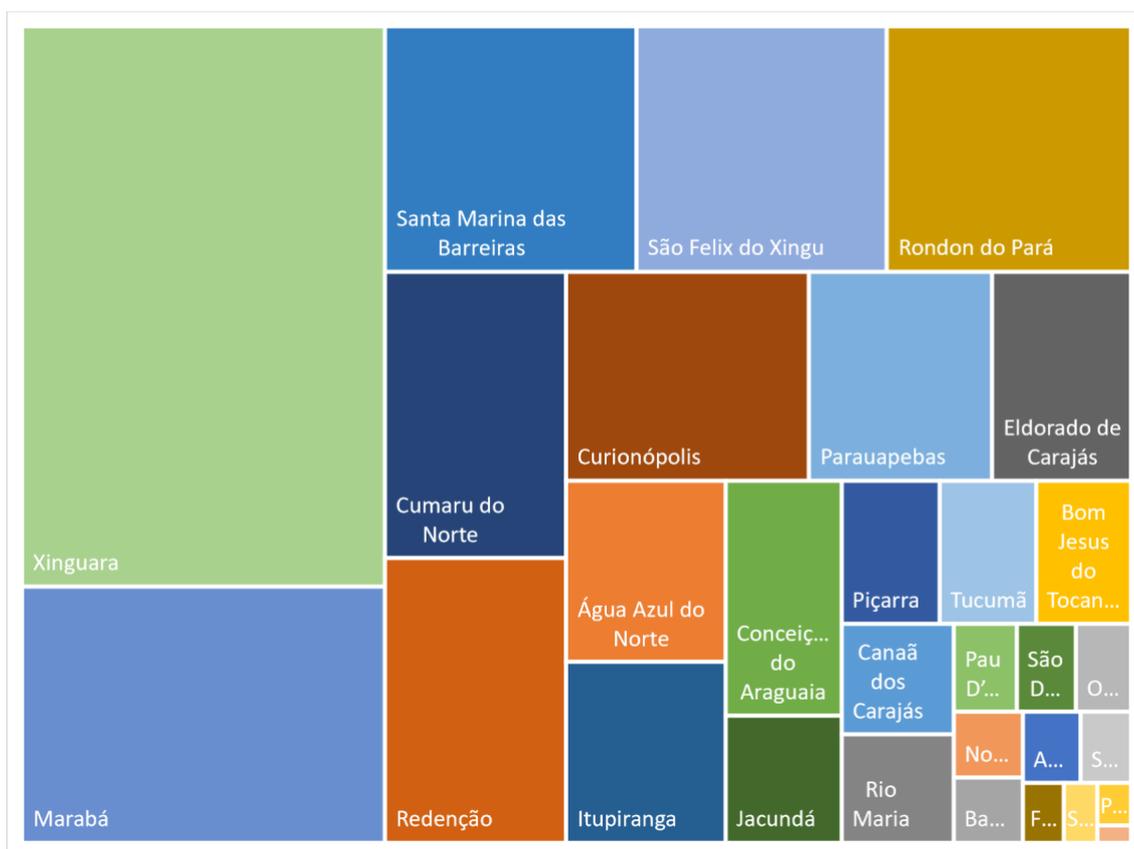


Fonte: SUDAM (dados concedidos pela transparência Brasil).

A distribuição do FNO em relação aos municípios de Carajás referente aos anos 2008 até 2020 apresentam os cinco principais receptores: Xinguara com R\$ 1.262.054.420 bilhão, seguido por Marabá com R\$ 576.905.524,7 milhões, Santa Maria das Barreiras com R\$ 383.120.541,8 milhões, São Felix do Xingu com R\$ 380.774.370 milhões, e Rondon do Pará com R\$ 371.806.118,7 milhões.

No município de Xinguara, maior receptor dos recursos financeiros do FNO no período de 2008 até 2020 dos municípios de Carajás Pará, o maior percentual recebido foi referente às atividades não rurais, correspondendo à 1.134.971.609,17 bilhão, referente aos projetos de infraestrutura: dois em Transmissão de Energia Elétrica, implementados em 2020, respectivamente nos valores de R\$ 600.000.000,00 milhões e R\$ 250.000.000,00 milhões; e, um na construção da Estação da Rede de Distribuição de Energia, em 2019, no valor de R\$ 224.709.245,74 milhões. Nas atividades rurais correspondentes no valor de R\$ 127.064.141,59 milhões o destaque desse município são os segmentos produtivos da pecuária bovina: Bovinos - Criação e Engorda, no valor de R\$ 35.834.699,20 milhões; Bovinos-Prod.Carne-Matriz P/Povoamento, no valor de R\$ 24.734.833,34 milhões; Bovinos-Prod.Carne-Estocagem, no valor de R\$ 12,999.270 milhões; Aquisição e manutenção recria e engorda – bovino, no valor de R\$ 10.961.394 milhões; e, Bovinos Carne Pecuária Confinamento-Cria\Multiplicação, no valor de R\$ 10.625.970,91 milhões.

**Gráfico 4 – Distribuição do FNO por municípios de Carajás 2008 até 2020**



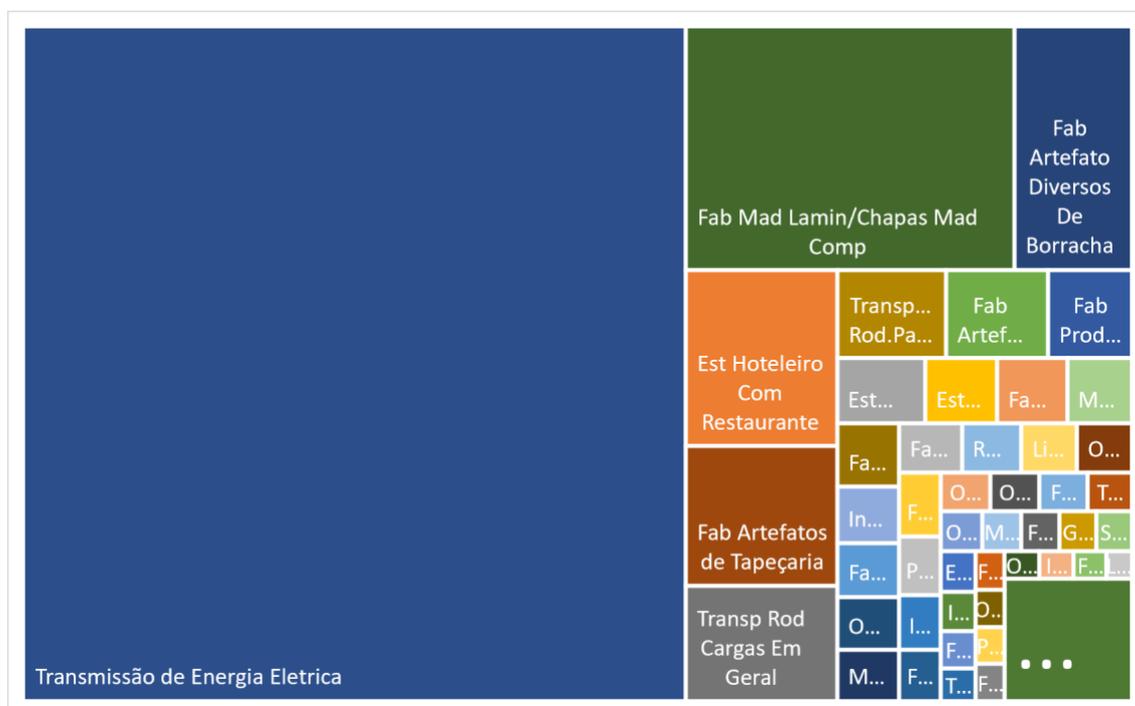
Fonte: SUDAM (dados concedidos pela transparência Brasil).

No que tange as atividades não rurais nos municípios de Carajás, Pará, temos no período de 2008 até 2020 o maior percentual de recursos do FNO em projetos de

infraestrutura, como os de transmissão de energia elétrica, responsável por mobilizar R\$ 850.000.000,00 milhões. Acompanham as atividades relacionadas à fabricação de laminados e chapas, no valor de R\$ 152.357.149,37 milhões, fabricação de artefatos diversos de borracha no valor de R\$ 54.499.084,04 milhões e nas atividades de estância hoteleira com restaurante no valor de R\$ 50.702.048,42 milhões.

Apesar dos recursos do FNO serem distribuídos em vários segmentos de atividades não rurais, envolvendo os setores produtivos da indústria e terciário, pode ser sintetizado a implementação de novos projetos no fortalecimento em atividades que compõem a infraestrutura logística econômica das atividades produtivas que possuem especialização, como o caso da extração de minérios e da agropecuária, com poucas possibilidades para gerar mudanças produtivas no repertório econômico em Carajás.

**Gráfico 5 – Distribuição do FNO por atividades não rurais 2008 – 2020**

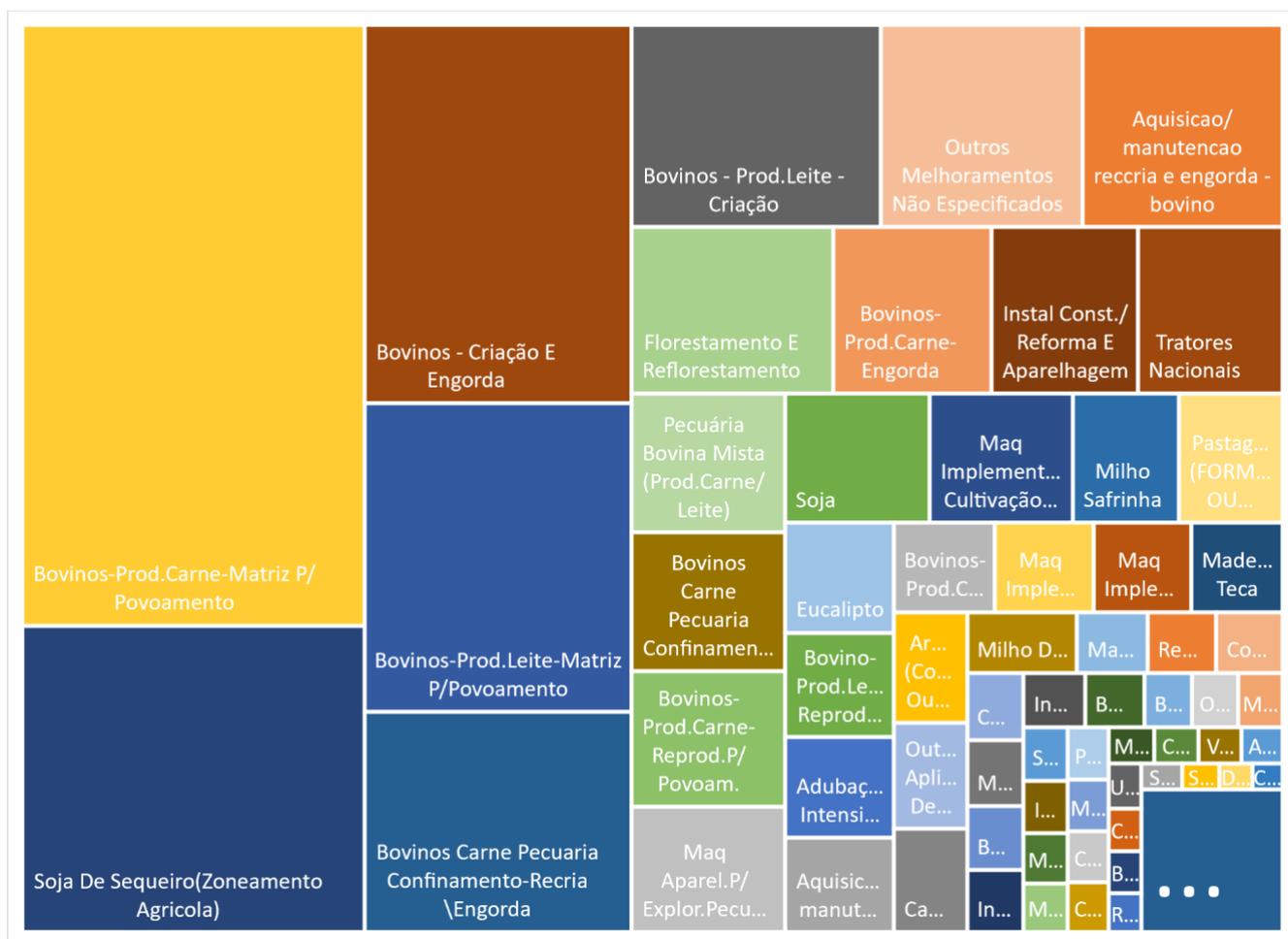


Fonte: SUDAM (dados concedidos pela transparência Brasil).

As atividades rurais que receberam maiores recursos financeiros do FNO nos anos de 2008 até 2020 foram: bovino produção de carne matriz para povoamento no valor de R\$ 931.149.019,88 milhões; soja de sequeiro no valor de R\$ 474.861.546,31 milhões; bovinos criação e engorda no valor de R\$ 457.645.195,95 milhões; bovinos produção de leite matriz para povoamento no valor de R\$ 373.357.420,42 milhões; e, bovinos carne pecuária confinada cria e engorda no valor de R\$ 266.391.411,60 milhões.

As atividades rurais que receberam os maiores investimentos do FNO replicam a especialização produtiva em Carajás, além da indústria extrativista de minérios, com forte apelo às atividades da pecuária bovina em suas diversas modalidades e cadeias produtivas, com a inserção do plantio da soja, que passou a integrar o repertório de *commodities* nos municípios do Sudeste do Pará.

**Gráfico 6 - Distribuição do FNO por atividades rurais 2008 – 2020**



Fonte: SUDAM (dados concedidos pela transparência Brasil).

#### 4. Considerações Finais: sínteses dos resultados e proposições de continuidade de uma agenda de pesquisa

Na Amazônia as estruturas econômica e institucional foram moldadas conforme os interesses de frações do capital financeiro, representadas pelos segmentos produtivos relacionados as atividades primárias exportadoras, como a extração de minérios e a agropecuária. Esse processo não é novidade, dado que segundo as políticas de desenvolvimento para Amazônia, acompanhadas pelos seus programas e planos, houve intencionalidade do Estado em promover a integração econômica e modernização

produtiva conforme à demanda e o estoque disponível de recursos naturais (MAHAR, 1979, BRANDÃO, 2010).

Ao longo dos anos 1966 até 2020, houve importantes avanços nas metodologias que compuseram o rol de planejamento para regiões, sub-regiões e territórios, que não pode ser menosprezado. Vide o caso dos avanços relacionados aos estudos de Becker e Egler (1996) no documento, *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal*, referente ao detalhamento das especificidades locais e regionais da Amazônia e a necessidade de pautas outros estratos analíticos, além do econômico, como o do meio ambiente e das populações locais.

No documento formulado por Galvão e Vasconcelos, de 1999, *Política Regional à Escala Sub-Regional*: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional, publicado pelo IPEA, houve apresentação da metodologia da regionalização dos territórios conforme a escala sub-regional, permitindo implementar uma inflexão na modelagem de políticas regionais aplicadas anteriormente pela SUDAM, como nos planos Política de Desenvolvimento da Amazônia e dos seus programas, alinhados às estratégias de planos de cunho nacional, como a Política Nacional de Desenvolvimento (PND) e os programas PROTERRA e o PIN. O avanço metodológico proporcionado pelos estudos de Galvão e Vasconcelos, permitiram ampliar o escopo analítico e impulsionar importantes programas formulados na década de 2000 pelo governo federal.

Na Secretária de Desenvolvimento Regional, do Ministério de Integração Nacional, a professora Tania Bacelar Araújo, conduziu em 2003 os primeiros trabalhos na gestação de uma nova metodologia aplicada ao planejamento regional, tratada pela nomenclatura de tipologias territoriais. A prioridade nesse tratamento para as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional e urbano permitiu em um primeiro movimento gerar importantes diagnósticos das desigualdades socioeconômicos da população no Brasil, e no segundo movimento a implementação de uma metodologia multiescalar de programação do planejamento para os territórios de baixa renda e estagnada renda. Essa metodologia aplicada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) fortaleceu o diagnóstico das desigualdades intra e inter-regioanis dos municípios das microrregiões do Nordeste e Norte, em relação aos indicadores de renda per capita e de IDHM, mas também evidenciou as assimetrias intra territoriais em regiões como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, avançando na sistematização das desigualdades regionais no Brasil (DINIZ, 2007).

Apesar desses sucessivos avanços nos estudos metodológicos acerca da sistematização dos diagnósticos e prognósticos acerca das desigualdades regionais, houve ao longo dos anos 2000 até 2020 o fortalecimento das especializações produtivas em *commodities*, principalmente em regiões consideradas periféricas no esquadro do sistema econômico nacional, como a Amazônia. Essa evidência é justificada pelos estudos realizados no âmbito do IPEA e conduzidos sob a regência de Aristides Monteiro Neto, que resultou no livro *Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI*, de 2021. Essa obra dá sequência ao estudo publicado em 2019, e utilizado neste capítulo como referência *Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevante*, no qual é apontado que no quadro de atividades produtivas industriais o caso do Sudeste do Pará foi representado pela atividade da indústria extrativista inserida em Parauapebas e em sua microrregião. Segundo Monteiro Neto (2019), a atividade econômica do Sudeste do Pará que passou a integrar o sistema econômico nacional foi a indústria da mineração, com enfoque nos minérios de ferro em Parauapebas, Marabá e Canaã dos Carajás.

Com base nos dados de distribuição do FNO, referente aos anos de 2008 até 2020, é possível apontar que para além da polarização desses recursos distribuídos no Pará, na escala estadual da região Amazônia, na mesorregião de Carajás, houve o fortalecimento das atividades produtivas rurais, com ênfase da pecuária bovina, conforme explicitadas nos dados do FNO, polarizados nos municípios de Xinguara, Marabá, São Felix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Rondon do Pará.

O caso de Xinguara é emblemático ao evidenciar uma especialização produtiva em *commodities* impulsionada pelos recursos estatais do governo federal, via Banco da Amazônia. Os projetos implementados no município referido contemplam diferentes processos da cadeia produtiva da pecuária bovina, complementada com grandes investimentos em projetos de infraestrutura logística energética, com impressionantes valores de R\$ 850.000.000,00 milhões.

Complementa a matriz produtiva em Carajás, com recursos polarizados nos principais municípios produtores de grãos e pecuária bovina, Xinguara, Marabá, São Felix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Rondon do Pará, a hierarquização exercida por eles, mesmo demograficamente inferior a outros municípios da mesorregião de Carajás. O complexo produtivo de pecuária bovina e produção de soja em Carajás foi e continua sendo fortalecido pelos projetos de infraestruturas logísticas, como ferrovias, hidrelétricas, rodovias, portos e redes de transmissão de energia elétrica historicamente implementadas pelos projetos do Polamazonia, PIN, Programa Grande Carajás. Esses

programas de planejamento impulsionaram a integração produtiva dessa mesorregião com a escala nacional e a global, na produção e na oferta de insumos produzidos pelas matérias-primas, mas atualmente foram metamorfoseadas em prolongamento dessas cadeiras produtivas e valorização das *commodities* no mercado internacional.

Se por um lado há diversificação de segmentos produtivos incentivados pelos recursos de financiamento do FNO, conduzidos pelo Banco da Amazônia e pela SUDAM, há fortalecimento das atividades produtivas de grande escala produtiva direcionadas para as exportações. Por conta disso, há fortalecimento dessas atividades principalmente pelos investimentos robustos advindos via governo federal, em diferentes fontes, como foi retratado neste caso pelo FNO, para os projetos de infraestrutura, na geração e transmissão de energia elétrica, como guarnição estratégica para as atividades produtivas representadas pela mineração e a pecuária bovina.

Como continuidade à essa agenda de pesquisa, será coletado os dados referentes aos recursos de investimentos do governo federal via programas, projetos e fundos de financiamento (FNO e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA) que compõe as redes de projetos em infraestruturas e indústria na mesorregião de Carajás, no Pará, buscando mapear os municípios que está inseridos dentro dessa regionalização produtiva. O objetivo é dar sequência aos estudos atualmente realizados, avançando na organização das redes que compõe esse complexo produtivo potencializado pelos moldais de logística e geração de energia elétrica, que retroalimentam o circuito de atividades produtivas das *commodities*.

## **Referências bibliográficas**

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal*. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e da Amazônia Legal, Brasília, DF, 1997.

BIELSCHOWSKY, R.. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 728-747, 2012.

BRANDÃO, C. *Territórios e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, C. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do Século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v.21, n.2, p.258-279, 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Política nacional de desenvolvimento regional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 162 p. – (Série ação parlamentar; n. 374), 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1861>

CARVALHO, D. F. *Globalização financeira e Amazônia nos anos 90: ensaios selecionados sobre a globalização financeira e o desenvolvimento da economia brasileira e amazônica*. Belém, PA: Centro Socio Economico/UFPA, 2005.

DINIZ, C. C. Introdução. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). *Políticas de desenvolvimento regional : desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

FERNANDES, D. A. ; GUMIERO, R. G. *O regionalismo na emergência, consolidação e esgotamento do desenvolvimentismo: notas sobre a trajetória da Amazônia*. In: GUMEIRO, Rafael Gonçalves; REDON, Sergio Moreno; FERNANDES, Danilo Araújo. (Org.). *Agendas de Pesquisas do PPGPAM: Desenvolvimento e Planejamento na Amazônia*. 1ed. Brasília: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021, v. , p. 18-33.

GALVÃO, A.; VASCONCELOS, R. *Política Regional à Escala Sub-Regional: uma Tipologia Territorial como Base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto de Discussão nº665, Brasília, 1999.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2010.

GUMIERO, R. G.; SOUSA, J. D. As fases do Fundo Amazônia: balanço da implementação dos projetos nos Territórios Indígenas em Carajás PA. *Revista Política e Planejamento Regional (RPPR)*, Rio de Janeiro, Vol. 9, No. 1, Janeiro a Abril, 2022.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTAS, J. M. M. (org.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1979.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. (1958). Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1961.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 años del Fondo Constitucional de Financiamiento en Brasil: avances y desafíos en perspectiva del PNDR. *Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales*, 43(129). 2017.

MAHAR, D. J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39).

MARQUES, G. de S. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007.

MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo. *Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes*. Texto para Discussão TD251. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *NOVOS CADERNOS NAEA*, v. 7, p. 91-122, 2004.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. *CONFINS (PARIS)*, v. 1, p. 49, 2021.  
MYRDAL, G. *Teoria Econômica E Regiões Subdesenvolvidas* (1957). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

OLIVEIRA, W. P. ; TRINDADE, J. R. ; FERNANDES, D. A. . O planejamento do desenvolvimento regional na amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro. *ENSAIOS FEE (ONLINE)*, v. 35, p. 80-110, 2014.

PERROUX, F. *O conceito de Pólos de Crescimento* (1955). In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional – textos escolhidos*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

SILVA, D. F. C. da; RESENDE, G. M. *Efeito econômico espacial dos empréstimos do Fundo Constitucional De Financiamento do Nordeste no semiárido brasileiro*. MATA, D. da, FREITAS, R. E., RESENDE, G. M. (org.). *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise do semiárido*. Brasília: Ipea, 2019.